

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

253 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 20 a 24 de outubro de 2025

1. REUNIÃO DO CONSELHO EUROPEU	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Pacote “omnibus” de simplificação das regras de sustentabilidade empresarial	1
Monitorização florestal	2
Partidos e Fundações políticas europeias	3
Relações UE-África	3
Outros debates	4
3. PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO PARA 2026	4
1. Enquadramento	4
2. Eixos Estratégicos	4
Debate no PE	5
4. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34	6
5. EUROBARÓMETRO - USO DE REDES SOCIAIS	6
6. REUNIÃO EUROMED 9	7
7. PARLAMENTO EUROPEU - PRÉMIO SAKHAROV	8
8. REUNIÕES DO CONSELHO	8
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Conselho Europeu	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da UE	8

1. REUNIÃO DO CONSELHO EUROPEU

Realizou-se, a 23 de outubro, uma **reunião do Conselho Europeu**, cuja agenda consta da carta de convite enviada pelo Presidente desta instituição, António Costa (disponível [aqui](#)). O Conselho Europeu adotou conclusões sobre a Ucrânia, o Médio Oriente, a defesa e segurança europeias, a competitividade e a dupla transição, bem como sobre habitação, migração e a República da Moldávia. As **Conclusões** estão disponíveis [aqui](#) e a **declaração dos 26 Estados-Membros** (todos menos a Hungria) sobre a **Ucrânia** estão [aqui](#).

O *Político* ([aqui](#)) e o *Euractiv* ([aqui](#)) disponibilizaram *live blogs*, que permitem ter uma narrativa dos acontecimentos durante o Conselho Europeu.

O debate sobre a **Ucrânia** contou com a participação do Presidente Volodymyr Zelenskyy, tendo 26 líderes expressado o seu apoio ao texto conjunto sobre a situação no país¹. No que diz respeito à utilização dos ativos imobilizados da Rússia, a decisão foi adiada para dezembro (sobre este tema, destacamos esta [análise](#) e esta [também](#), sobre a posição da Bélgica). Quanto ao **Médio Oriente**, o Conselho saudou o acordo da primeira fase do Plano de Paz para Gaza, apresentado pelo Presidente dos EUA, e o resultado da Cimeira de Sharm el-Sheikh, apelando à plena implementação do acordo, ao acesso humanitário sem restrições e à libertação dos reféns.

Em matéria de **defesa e segurança europeias**, os líderes confirmaram o objetivo de alcançar uma capacidade operacional reforçada até 2030, com base na Estratégia Bússola e no roteiro Prontidão 2030. Foi acordado acelerar a criação de coligações de capacidades entre Estados-Membros, reduzir dependências estratégicas e reforçar a base industrial e tecnológica de defesa, incluindo PME. As prioridades incluem o desenvolvimento conjunto de capacidades antidrone e de defesa aérea, a proteção das infraestruturas críticas, o investimento coordenado em tecnologias inovadoras e uma maior integração com a indústria ucraniana.

No plano económico e social, o Conselho concentrou-se na **competitividade**, na dupla transição verde e digital e na habitação acessível. Foi reafirmado o compromisso de simplificar a legislação europeia, reduzir encargos administrativos e promover a inovação industrial e tecnológica. Os líderes defenderam uma transição climática justa e pragmática, com especial atenção aos setores automóvel, energético e siderúrgico, e pediram à Comissão que apresente um plano abrangente para a **habitação acessível**.

Seguindo uma sugestão do Chanceler alemão, os líderes acordaram a realização de um **Conselho extraordinário a 12 de fevereiro**, dedicado exclusivamente à **competitividade**, para o qual serão convidados o ex-Presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, e o ex-Primeiro-Ministro italiano, Enrico Letta.

No final, os líderes da União Europeia reuniram-se para uma **Cimeira do Euro**, realizada em **formato inclusivo, com a participação da Presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde e do Presidente do Eurogrupo, Paschal Donohoe. Foi adotada uma Declaração, disponível [aqui](#).

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Teve lugar, esta semana, a [sessão plenária do PE](#), em Estrasburgo. Destacamos o seguinte:

Pacote “omnibus” de simplificação das regras de sustentabilidade empresarial

O Parlamento Europeu rejeitou o mandato de negociação sobre o pacote “*omnibus*” de simplificação das regras de sustentabilidade empresarial, impedindo, por agora, o início das negociações com o Conselho (detalhe [aqui](#)). A proposta, oficialmente designada de *Diretiva respeitante a determinados requisitos de relato de*

¹ Na véspera, o Conselho da UE adotou o 19.º Pacote de sanções contra a Rússia, disponível [aqui](#).

sustentabilidade das empresas e requisitos de dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade, visa simplificar as obrigações de reporte de sustentabilidade (CSRD) e de dever de diligência (CSDDD).

Apesar de os grupos PPE, S&D e Renew Europe terem alcançado um **acordo** duas semanas antes, a votação secreta revelou divisões profundas: 318 Deputados votaram contra, 309 a favor e 34 abstiveram-se. O escrutínio secreto, solicitado pelos Patriotas pela Europa (Pfe), permitiu que vários Deputados votassem contra a linha do seu grupo político.

A votação de 22 de outubro revelou divisões significativas entre os principais grupos políticos. Segundo o relator [Jörgen Warborn](#) (PPE, Suécia), 31 Deputados do S&D votaram contra, tendo aquele expressado a sua desilusão: *“Tínhamos chegado a um acordo. É dececionante quando esse acordo não se mantém.”* A Presidente Roberta Metsola reconheceu a complexidade do resultado, sublinhando que *“para uma grande parte do Parlamento, o compromisso não foi suficientemente longe; para outra parte, foi demasiado longe.”*

Em conformidade com o artigo 72.º, n.º 3 do Regimento do Parlamento, os Deputados voltarão a votar o conjunto do relatório na sessão plenária de 13 de novembro em Bruxelas, para definir uma nova posição antes das negociações com o Conselho da UE, que adotou a sua posição a 23 de junho (processo legislativo [aqui](#)).

As razões para o voto negativo diferiram entre blocos políticos. Os Verdes/ALE, A Esquerda e parte do S&D rejeitaram o texto por considerarem que as medidas de simplificação iam demasiado longe, nomeadamente pela eliminação da responsabilidade civil das empresas na diretiva CSDDD, considerada *“o cerne do problema”*. A relatora-sombra Kira Peter-Hansen (Verdes/ALE, Dinamarca) afirmou que *“os Verdes/ALE estão prontos a retomar as negociações num espírito construtivo”*. Por outro lado, os grupos à direita sustentaram que o texto ainda não simplificava o suficiente, defendendo a supressão de elementos como o plano obrigatório de transição climática previsto na CSDDD.

Em declarações (relatadas pelo *Politico*, [aqui](#)) após a sua intervenção no Conselho Europeu (intervenção completa [aqui](#)), a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, advertiu que as forças centristas que tradicionalmente lideram o processo legislativo em Bruxelas poderão deixar de ser suficientes para garantir maiorias. A declaração, proferida a 23 de outubro de 2025, surgiu um dia após o Parlamento ter rejeitado uma proposta central para simplificar as obrigações das empresas — decisão que gerou forte descontentamento entre os chefes de Governo reunidos no Conselho Europeu.

O Chanceler alemão Friedrich Merz foi particularmente incisivo, classificando a decisão como *“inaceitável”*, e acrescentando: *“Foi um erro fatal e deve ser corrigido.”* Metsola reconheceu o impacto político da votação, mas afirmou acreditar que o Parlamento encontrará uma via para alcançar acordos essenciais, mesmo que tal implique *“romper com as formas tradicionais de trabalho”*. Segundo a Presidente, *“as maiorias são sempre mais fortes quando partem do centro, porque é assim que se faz avançar a Europa. Mas, se isso não for possível, sei que o Parlamento entregará resultados, porque os primeiros-ministros à volta da mesa foram unânimes em dizer que isso tem de acontecer.”*

Questionada sobre a possibilidade de depender do apoio de outros grupos políticos para aprovar legislação, Metsola afirmou preferir que *“as maiorias venham do centro”*, mas admitiu que tal *“nem sempre será possível”*. Sublinhou ainda a orientação política recebida dos líderes europeus: *“Para ser muito clara, a mensagem que recebi do Conselho é: obtenham os números onde os encontrarem. Tenho uma responsabilidade institucional: manter as maiorias a funcionar e garantir que os grupos trabalham em sintonia.”*

Concluiu com uma nota de realismo: *“Não se trata de maioria; trata-se, sobretudo, de pragmatismo.”*

Monitorização florestal

O Parlamento Europeu (PE) rejeitou a proposta da Comissão Europeia para a criação de um quadro de monitorização florestal da UE, pondo termo à primeira leitura do processo legislativo. A decisão foi tomada

com 370 votos a favor da rejeição, 264 contra e nove abstenções, refletindo a ausência de consenso entre os Deputados (detalhe [aqui](#)). A proposta visava “*colmatar as lacunas de conhecimento sobre o estado das florestas*” e reforçar a sua resiliência face a ameaças como pragas, secas e incêndios florestais. O Conselho já havia adotado a sua orientação geral em junho de 2025 ([aqui](#)).

Em votação separada, o Parlamento aprovou a criação do novo Grupo Permanente de Peritos para as Florestas e a Silvicultura, com 327 votos a favor, 256 contra e 58 abstenções. Este grupo terá a missão de prestar aconselhamento técnico e científico à Comissão, tanto na preparação como na execução de políticas e propostas legislativas com impacto nas florestas. Os Deputados determinaram que a Comissão deve consultar obrigatoriamente o grupo e responder aos seus pareceres.

Partidos e Fundações políticas europeias

O PE aprovou novas regras que visam reforçar a transparência, prevenir a interferência estrangeira e garantir a estabilidade financeira dos partidos e fundações políticas europeias. O acordo, alcançado em junho e aprovado por 446 votos a favor, 162 contra e 35 abstenções, estabelece um novo quadro jurídico que pretende “*promover os valores europeus e reforçar a integridade democrática*”, assegurando que estas organizações cumpram o papel previsto nos Tratados da União. As medidas incluem um mecanismo de diligência simplificada para doações superiores a 3 000 euros e a criação de um repositório público em linha gerido pela Autoridade para os Partidos Políticos e Fundações Europeias, garantindo a divulgação em tempo real dos dados relevantes. Os membros associados de países terceiros poderão manter-se nestas estruturas, mas sem direito de voto e sem pagamento de quotas, equilibrando a cooperação transnacional com a segurança institucional (detalhe [aqui](#)).

As novas regras reforçam também o compromisso com os valores do artigo 2.º do Tratado da União Europeia, exigindo que todos os parceiros os respeitem e prevendo a sua reavaliação em caso de alteração de filiação. São introduzidas normas internas obrigatórias sobre equilíbrio de género, políticas antiassédio e relatórios anuais sobre representatividade, bem como regras claras para atividades transfronteiriças. O regulamento harmoniza o nível máximo de cofinanciamento da UE em 95%, permitindo receitas próprias limitadas a 3% para partidos e 5% para fundações, de modo a garantir transparência e controlo financeiro. O Conselho da UE deverá agora confirmar o acordo, estando previsto que a nova legislação entre em vigor a 1 de janeiro de 2026.

Relações UE-África

À medida que se aproxima a **sétima Cimeira UE-África**, prevista para o final de novembro em Angola, os Deputados ao Parlamento Europeu e o Comissário europeu para os Assuntos Internos e a Migração, Magnus Brunner, debateram, em 21 de outubro, o futuro da parceria entre os dois continentes. Brunner destacou quatro prioridades centrais da cooperação: a prosperidade, através da execução do plano de investimento Global Gateway; a paz e a segurança, apoiadas por missões europeias; a migração e a mobilidade, combinando o combate à irregularidade com a promoção de vias legais; e o multilateralismo, assente na defesa de uma ordem internacional baseada em regras.

Os Deputados sublinharam a necessidade de uma **parceria renovada entre a União Europeia e África**, assente na confiança, educação, sustentabilidade e respeito mútuo. Lukas Mandl (PPE) destacou o Global Gateway como instrumento essencial, defendendo que “*o verdadeiro motor do desenvolvimento é o parceiro económico fiável, fundado na confiança e no Estado de direito*”. Marit Maij (S&D) apelou ao reforço dos programas Erasmus+ e Horizonte 2020 e a um comércio justo na exploração dos recursos africanos, enquanto György Hölvényi (Pfe) insistiu na educação como resposta ao crescimento demográfico africano, que deverá atingir 2,5 mil milhões de pessoas até 2050. Małgorzata Gosiewska (ECR) defendeu uma cooperação “*baseada no respeito e em ações concretas, e não na caridade*”, e Hilde Vautmans (Renew) propôs “*uma nova era de relações entre iguais*”. Erik Marquardt (Verdes/ALE) destacou a importância de uma relação diferenciada da Rússia e da

China, centrada na democracia e nos direitos humanos, e Marc Botenga (A Esquerda) apelou a uma rutura com os acordos económicos injustos do passado.

Importa, ainda, dar nota que a **“Plataforma de Inovação África-Europa”** (AEIP), financiada por fundos europeus, foi lançada em 22 de outubro, em Bruxelas, durante um evento dedicado ao reforço das ligações entre os dois continentes através da inovação. A Plataforma AEIP liga os diferentes intervenientes da cadeia de valor da inovação em África e na Europa, em consonância com as prioridades da Agenda de Inovação UA-UE, com o objetivo de reforçar a cooperação e maximizar o impacto das iniciativas de inovação.

Segundo Tendai Pasipamire, diretor de desenvolvimento comercial da estrutura de apoio ao empreendedorismo ENRICH in Africa Centre, *“o que estamos a construir é agora uma rede de redes, onde, num único espaço, é possível identificar tudo. E, para além de uma simples rede de redes, o objetivo final é a ligação. Trabalhamos para tornar essa ligação simples, fluida, numa plataforma onde se possa interagir e identificar os atores-chave com quem se pretende potencialmente colaborar”*.

A plataforma foi desenvolvida com o apoio do programa europeu Horizonte 2020 e pretende criar um ecossistema de cooperação tecnológica e empresarial entre a Europa e África, promovendo a interconectividade e o intercâmbio entre empreendedores, investidores e centros de inovação. Para mais informações: [Plataforma África-Europa de Inovação \(AEIP\)](#) e [Estrutura de apoio ENRICH](#).

Outros debates

- [Parlamento renova pedido de apoio às forças democráticas da Bielorrússia](#)
- [Investigação sobre frota-fantasma russa ganha Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo de 2025](#)
- [Dia Europeu da Justiça: Deputados manifestam apoio aos advogados em risco](#)
- [Modernizar as regras de condução da UE para aumentar a segurança rodoviária](#)
- [Acordo com o Conselho sobre o Programa Europeu de Indústria de Defesa](#)
- [Integração do acordo das Nações Unidas no direito da UE para proteger a biodiversidade marinha](#)

3. PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO PARA 2026

1. Enquadramento

A Comissão Europeia apresentou o seu **Programa de Trabalho para 2026**, sob o mote *“A Hora da Independência da Europa”*, com o objetivo de reforçar a soberania, a competitividade e a segurança da União face aos desafios geopolíticos, económicos e climáticos (detalhe [aqui](#)).

O documento baseia-se nas orientações políticas da Presidente Ursula von der Leyen, nas cartas de missão enviadas ao Colégio de Comissários e nas prioridades enunciadas no discurso sobre o Estado da União de 2025.

O programa sublinha a prioridade em **reduzir a burocracia e reforçar a execução das políticas europeias**. O Relatório de Síntese sobre a Simplificação, Aplicação e Execução (2025) indica economias de 8,6 mil milhões de euros anuais em custos administrativos. Serão apresentadas novas propostas de simplificação em domínios como o automóvel, ambiente, fiscalidade, dispositivos médicos e produtos energéticos.

Para mais informações: [Comunicado de imprensa](#); [Programa de Trabalho da Comissão para 2026 \(documento e anexos\)](#); [Relatório de Síntese 2025 sobre Simplificação, Aplicação e Execução](#)

2. Eixos Estratégicos

O programa duplica as prioridades fundamentais da Comissão, estruturadas em cinco grandes eixos:

Eixo Estratégico	Principais Iniciativas e Objetivos
Prosperidade e competitividade sustentáveis	- Lançamento de uma <u>Lei do Acelerador Industrial</u>. - Criação de um <u>Centro de Matérias-Primas Críticas</u>. - Promoção de uma “<i>quinta liberdade</i>” europeia dedicada ao conhecimento e à inovação. - Libertar o potencial do mercado único até 2028 e apoiar os setores industriais estratégicos.
Defesa e segurança	- Consolidação do <u>quadro Prontidão 2030</u>. - Lançamento da <u>Iniciativa Europeia de Defesa contra Drones</u>, essencial para o Eastern Flank Watch. - Reforço da <i>proteção das fronteiras</i>, do combate ao crime organizado e da execução do Pacto em matéria de Migração e Asilo.
Modelo social e inovação	- Introdução da <i>Lei dos Empregos de Qualidade</i>. - Implementação do <i>Pacote Mobilidade Laboral Justa</i>, com foco na portabilidade das qualificações. - Medidas de resposta à crise do custo de vida e da habitação.
Qualidade de vida — alimentos, água e natureza	- Revisão das regras sobre práticas comerciais desleais na cadeia alimentar. - Nova estratégia para a pecuária. - Adoção da <i>Lei dos Oceanos</i>. - Execução do <i>Plano Europeu de Adaptação às Alterações Climáticas</i>.
Democracia, Estado de direito e igualdade	- Proteção das instituições democráticas contra o extremismo e a desinformação. - Reforço da proteção dos consumidores. - Renovação das estratégias de igualdade de género e direitos das pessoas com deficiência.
Compromisso global	- Reforço das parcerias internacionais. - Apoio contínuo à Ucrânia e à Moldávia. - Reforma da ajuda humanitária europeia para respostas mais rápidas e eficazes. - Implementação do <u>Pacto para o Mediterrâneo</u>. - Nova estratégia para o Médio Oriente, incluindo apoio à transição na Síria e no Líbano.

Debate no PE

No debate sobre este Programa no PE, a Presidente Ursula von der Leyen afirmou que a harmonização do mercado interno “*não pode esperar*”, sublinhando que o objetivo é “*libertar o potencial do mercado único até 2028*”. Entre as iniciativas destacam-se a criação de um [28.º regime europeu](#) para inovação e competitividade, o avanço da União da Poupança e do Investimento e um novo pacote legislativo ‘*omnibus*’ para a simplificação normativa. Von der Leyen mencionou ainda novas medidas nas áreas das baterias, serviços em nuvem, inteligência artificial, tecnologia quântica e materiais avançados, refletindo uma aposta no futuro tecnológico.

Jeroen Lenaers (PPE, Países Baixos) qualificou o plano como um “*roteiro essencial*”, elogiando a inclusão da iniciativa europeia de defesa contra drones, o reforço da Europol e da Frontex, e a simplificação do RGPD. Já Iratxe García Pérez (S&D, Espanha) salientou a “*forte marca social-democrata*” do programa, que comprova que “*o diálogo e o compromisso entre as forças pró-europeias dão resultados concretos para os cidadãos*”, destacando o plano europeu para a habitação acessível e a futura Lei Europeia para o Emprego de Qualidade. Valérie Hayer (Renew) elogiou o rumo “*na boa direção*”, referindo a simplificação do mercado único e o reforço das capacidades de controlo fronteiriço. Em contraste, Klara Dostalová (Pfe, Chéquia) criticou o conceito de “*Independência Europeia*”, e Marie Toussaint (Verdes/ALE, França) alertou contra “*uma nova vaga de desregulação*”, apelando antes a “*uma aceleração da transição ecológica com justiça social*”.

4. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34

O Parlamento Europeu confirmou, em 22 de outubro de 2025, a **repartição das competências entre as suas comissões parlamentares** no âmbito do futuro Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, após longas negociações entre grupos políticos. O acordo, validado pela Conferência dos Presidentes, define que as **Comissões dos Orçamentos (BUDG), do Desenvolvimento Regional (REGI) e da Agricultura (AGRI)** serão responsáveis pelos **Planos de Parceria nacionais e regionais**; a **Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE)** assumirá a responsabilidade exclusiva pelo **Fundo para a Competitividade**; e as **Comissões dos Assuntos Externos (AFET) e do Desenvolvimento (DEVE)** partilharão a gestão do Fundo “**Europa no Mundo**”.

Entretanto, os líderes dos grupos políticos do Parlamento Europeu acordaram incluir, na **sessão plenária de 12 de novembro**, um **debate sobre a arquitetura do futuro Quadro Financeiro Plurianual (QFP)**. Segundo o co-relator Siegfried Mureșan (PPE) essa data será também o prazo limite para o Parlamento e a Comissão chegarem a acordo sobre as alterações aos planos nacionais propostos pela Comissão. O Deputado indicou ainda que a Comissão deverá apresentar já na próxima semana uma atualização da sua proposta orçamental, o que “*afetará profundamente a posição do Parlamento*”.

Finalmente, importa dar nota de que o Conselho Assuntos Gerais promoveu, a 21 de outubro, um primeiro debate sobre o Fundo para a Competitividade e os elementos horizontais do futuro QFP 2028-2034. Os países reiteraram que o Conselho deve manter um papel central na governação e insistiram na necessidade de reduzir a complexidade administrativa. A proposta de orientar o orçamento para o desempenho gerou reservas entre os Estados que consideram os critérios de performance excessivamente pesados.

A ênfase na competitividade, inovação e defesa recolheu forte apoio, assim como o próprio Fundo para a Competitividade, embora persistam divisões entre o bloco Norte/Oeste — liderado por Alemanha, Países Baixos e Suécia, que privilegiam a excelência e o mérito — e o bloco Leste/Sul — com República Checa, Croácia, Eslováquia, Bulgária e Polónia, que reclamam equilíbrio geográfico e apoio aos países menos desenvolvidos. A Política Agrícola Comum (PAC) e a Política de Coesão também entraram no debate, com Polónia, Irlanda, Roménia, Hungria, Espanha, Portugal e Luxemburgo a defenderem a manutenção dos respetivos financiamentos. A próxima discussão ministerial sobre o QFP 2028-2034 terá lugar em **novembro**, centrando-se nos Planos de Parceria nacionais e regionais.

5. EUROBARÓMETRO - USO DE REDES SOCIAIS

O **Eurobarómetro Relâmpago FL014EP – Social Media Survey 2025**, realizado pelo Parlamento Europeu entre 11 e 18 de junho de 2025, baseou-se em 26 121 entrevistas a cidadãos dos 27 Estados-Membros. O inquérito, disponível [aqui](#), analisa os **hábitos de informação, o uso das redes sociais e a perceção da União Europeia**. Dois terços dos inquiridos (66%) seguem notícias de atualidade social e política através dos meios de comunicação tradicionais, e 59% recorrem a fontes digitais (plataformas, blogs, portais). A televisão continua a ser o principal meio (71%), seguida da rádio (43%) e dos jornais impressos ou online (41%). Entre os temas mais seguidos estão a saúde pública (61%), a democracia e o Estado de direito (47%), a migração (45%) e o combate às alterações climáticas (43%).

O estudo mostra que 58% dos utilizadores obtêm informação de atualidade através do Facebook, 57% do YouTube e 46% do Instagram, revelando uma combinação de consumo ativo e passivo. Três quartos (76%) afirmam ler conteúdos políticos “por acaso”, e dois terços (66%) dizem procurar ativamente esse tipo de informação. Quanto à desinformação, 35% consideram-se expostos frequentemente a notícias falsas, mas 61%

sentem-se confiantes na sua capacidade para as reconhecer. No entanto, apenas 14% recorrem a ferramentas de fact-checking e 10% não verificam a informação de forma alguma.

Mais de um terço dos europeus (37%) segue influenciadores ou criadores de conteúdo, sobretudo por críticas e análises (39%) ou comentários sobre atualidade (38%). Já no que toca à política europeia, 22% acompanham-na regularmente e 44% ocasionalmente, preferindo formatos curtos e visuais como posts (46%) e vídeos breves (39%). A confiança dos cidadãos centra-se sobretudo em amigos e família (45%) e cientistas (45%), enquanto apenas 5% confiam mais em políticos e 4% em influenciadores. Globalmente, 66% consideram importante a pertença do seu país à União Europeia, e 64% declaram-se favoráveis à UE, embora 37% desejem ver melhorias no seu funcionamento. Os elementos relativos a **Portugal** estão disponíveis [aqui](#) e reproduzidos de seguida:

Flash Eurobarómetro

INQUÉRITO SOBRE REDES SOCIAIS 2025



EB-ID: FL014EP

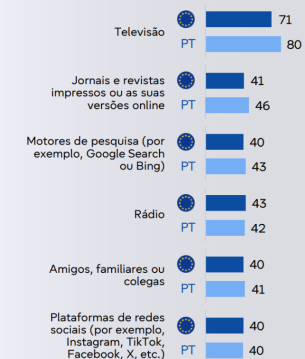
Entrevistas com cidadãos da UE com mais de 15 anos de idade: UE27 – 26 121 | PT – 1 018

Trabalho de campo: 11 – 18 de junho de 2025 Metodologia: entrevistas online



HÁBITOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

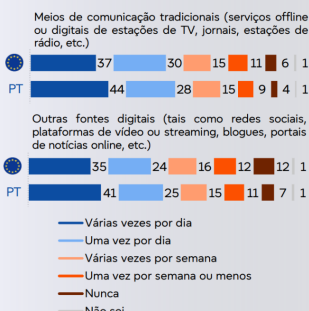
Q4a Qual das seguintes fontes utiliza para obter informações sobre assuntos da atualidade sociais e políticos? (%) (6 respostas mais dadas)



Idade

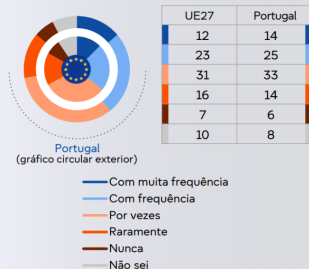


Q3 Com que frequência utiliza as seguintes fontes para acompanhar conteúdos sobre assuntos da atualidade sociais e políticos? (%)



DESINFORMAÇÃO

Q17 Com que frequência pensa que foi pessoalmente exposto(a) a desinformação e fake news nos últimos 7 dias?



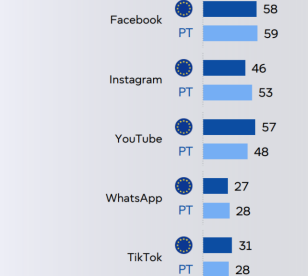
Flash Eurobarómetro

INQUÉRITO SOBRE REDES SOCIAIS 2025

CONSUMO DE REDES SOCIAIS

Q5 E em que redes sociais e plataformas obtém informação sobre assuntos da atualidade sociais e políticos? (%) (5 respostas mais dadas)

Base: utiliza redes sociais e/ou plataformas de vídeo para obter informações sobre assuntos sociais e políticos atuais.



Idade



Para mais informações, leia o código QR:



ou consulte o site do Eurobarómetro:
<https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/3592>

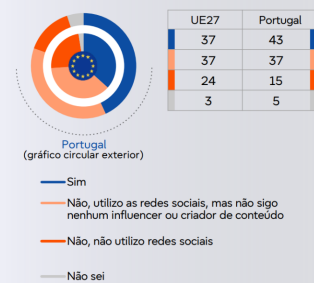
Q15 Qual dos seguintes formatos prefere geralmente para obter informações sobre assuntos da atualidade sociais e políticos nas redes sociais? (%) (3 respostas mais dadas)

Base: utiliza redes sociais e/ou plataformas de vídeo para obter informações sobre assuntos sociais e políticos atuais.

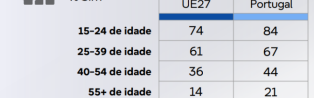


SEGUIMENTO DE INFLUENCIADORES/ CRIADORES DE CONTEÚDOS

Q13 Segue algum influencer ou criador de conteúdos em canais de redes sociais (por exemplo, YouTube, Instagram ou TikTok, etc.)? (%)



Idade



6. REUNIÃO EUROMED 9

O Primeiro-Ministro da Eslovénia, Robert Golob, recebeu em Portorož os **líderes do grupo MED9** – que reúne os nove Estados-Membros mediterrânicos da UE (*Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Chipre, Malta, Croácia e Eslovénia*) – juntamente com o Rei Abdullah II da Jordânia e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (detalhe [aqui](#)).

As discussões centraram-se na **competitividade** da economia europeia, na **independência energética**, na redução do fosso de **inovação** e no reforço das vias legais de **migração** para a Europa. Os líderes também trocaram impressões sobre o novo Quadro Financeiro Plurianual e a situação no Médio Oriente. A cimeira culminou com a adoção da Declaração de Portorož e de uma Declaração Conjunta sobre o Médio Oriente,

reafirmando o compromisso do MED9 com a paz, o desenvolvimento e a solidariedade regional. As declarações adotadas podem ser consultadas [aqui](#) e [aqui](#).

7. PARLAMENTO EUROPEU - PRÉMIO SAKHAROV

Os jornalistas **Andrzej Poczobut, da Bielorrússia, e Mzia Amaglobeli, da Geórgia**, são os laureados do Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento de 2025, que será entregue a 16 de dezembro. Ao anunciar os vencedores, a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, afirmou: *“Honramos dois jornalistas cuja coragem brilha como um farol para todos aqueles que se recusam a ser silenciados. Ambos pagaram um preço elevado por divulgarem a verdade do poder, tornando-se símbolos da luta pela liberdade e pela democracia.”*

Poczobut, ensaísta e ativista da minoria polaca na Bielorrússia, está detido desde 2021, condenado a oito anos de prisão por motivos políticos e com o estado de saúde desconhecido. Em março de 2023, o Parlamento apelou à sua libertação imediata, denunciando acusações “politicamente motivadas”. Já Mzia Amaglobeli, diretora dos meios independentes Batumelebi e Netgazeti, foi detida em janeiro de 2025 e condenada a dois anos de prisão por participar em protestos pró-democracia contra o governo georgiano.

8. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 20 de outubro - [Conselho sobre Energia](#) e [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); 21 de outubro - [Conselho \(Ambiente\)](#) e [Conselho dos Assuntos Gerais](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às atividades externas do PE, incluindo uma [delegação que irá avaliar a oferta de habitação e o impacto dos incêndios florestais na Madeira](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [4 de novembro](#) (Pacote de alargamento 2025 e o Pacote dos Transportes).

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível e terá lugar, a 27 e 28 de outubro, o [Conselho Agricultura e Pescas](#).

Bruxelas | 24 de outubro de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#)